

Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,  
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e  
desigualdades**

**CUIDADO, SOBRECARGA DE GÊNERO E REFORMA PSIQUIÁTRICA:** reflexões sobre a  
incorporação do problema na embrionária Política Nacional de Cuidados

**RITA DE CÁSSIA CRISTINO MARCOS RISSI<sup>1</sup>**

**Resumo:** Trago uma reflexão a partir do artigo de Sueli Carneiro sobre o matriarcado da miséria e a realidade das desigualdades socioeconômicas no Brasil. A partir das reflexões apontadas pela autora, faço um debate conceitual sobre as desigualdades sociais pelo prisma da interseccionalidade, articulando com dados estatísticos sobre o gênero e a cor dos que estão em condições sociais mais desiguais no país.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade, desigualdades sociais, gênero e raça.

**Abstract:** I bring a reflection based on Sueli Carneiro's article on the matriarchy of poverty and the reality of socioeconomic inequalities in Brazil. Based on the reflections pointed out by the author, I carry out a conceptual debate on social inequalities through the prism of intersectionality, articulating with statistical data on the gender and color of those who are in the most unequal social conditions in the country.

**Keywords:** Intersectionality, social inequalities, gender and race.

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## 1. Breve panorama:

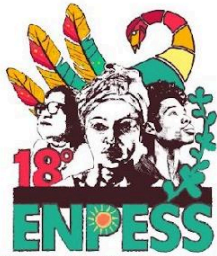
Proponho com este artigo, fazer um debate sobre as desigualdades sociais brasileiras pelo prisma da interseccionalidade e tomarei como ponto de partida, o artigo de Sueli Carneiro no qual a autora traz o termo: *matriarcado da miséria*.

Este artigo faz parte da minha proposta de estudos no Doutorado em Serviço Social, no qual eu busco por uma pesquisa que reflita sobre os desafios e inquietações entre o Serviço Social e a questão étnico-racial no Brasil contemporâneo, a partir de autores que analisam o Brasil por uma perspectiva decolonial. Nesta perspectiva, buscarei destacar as contribuições das intelectuais brasileiras que ousaram relacionar as opressões de gênero, raça e classe no Brasil, sem hierarquizá-las, mas na direção de provocar um olhar para as opressões que recaem principalmente para as mulheres negras e periféricas.

Neste caminho, procuro me aproximar das análises de Lélia Gonzalez: pensadora e intérprete da sociedade brasileira, que nos atenta sobre a necessidade de a dimensão racial compor a análise da realidade do país, relacionando-a ao violento processo de escravização dos corpos negros e indígenas no Brasil, durante quase 400 anos e, a construção do mito da “democracia racial”. Porém, busco me aproximar de outras intelectuais negras brasileiras e para este artigo, tragado um texto de Sueli Carneiro, que é filósofa e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), ativista do Movimento Feminista e do Movimento Negro do Brasil, com uma vasta produção intelectual e contribuição na militância.

Também pretendo com a pesquisa do doutorado, percorrer um caminho que não esvazie de sentido os princípios profissionais do assistente social, estabelecidos no código de ética profissional de 1993; para que a garantia de direitos e condições de acesso às políticas públicas sejam passos para a superação da estrutura opressora da sociedade brasileira. Neste caminho, buscarei ao longo deste processo de estudos e pesquisa, fazer um debate da questão étnico-racial na formação e intervenção do assistente social.

Após esta breve introdução, para a construção deste trabalho, irei discorrer sobre o artigo no qual a filósofa Sueli Carneiro traz o debate do matriarcado da pobreza. Este artigo compõe o livro: *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil* (2011).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## 2. Para iniciar uma aproximação e estabelecer conexões

Sueli Carneiro em seu artigo: *O matriarcado da miséria* (2001), nos aponta para a reflexão sobre as condições de vidas das mulheres negras no Brasil. A autora afirma que o racismo em conjunto com o sexismo produz sobre as mulheres negras, uma espécie de *asfixia social*, com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que produzem sequelas emocionais como: adoecimentos em saúde mental e rebaixamento da autoestima, uma expectativa de vida menor em cinco anos, em relação à das mulheres brancas, e um menor índice de casamentos e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração (Carneiro, Sueli. 2011,p.127-128).

Ainda em seu artigo, Sueli Carneiro aponta que de acordo com a declaração das Organizações de Mulheres Negras Brasileiras:

“... o trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras. Nele, ainda são relativamente poucos os ganhos trabalhistas e as relações se caracterizam pelo servilismo. Em muitos lugares, as formas de recrutamento são predominantemente neo-escravistas, em que meninas são trazidas no meio rural, sob encomenda, e submetidas a condições sub-humanas no espaço doméstico”. (Carneiro, Sueli.2011, p.128).

Sueli Carneiro ainda nos traz a informação que em 1999, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em parceria com o Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir), realizou um estudo de título: “Mapa da população negra no mercado de trabalho”, que oferece alguns dados como: em Salvador, uma das cidades de maior concentração de população negra do Brasil, a taxa de desemprego da população economicamente ativa está assim distribuída: entre as mulheres negras é da ordem de 27,6% contra 24% para homens negros, 20,3% para as mulheres brancas e 15,2% para homens brancos. Em São Paulo, as taxas desemprego encontradas foram de 25% para as mulheres negras, 20,9% para os homens negros, 19,2% para as mulheres brancas e 13,8% para os homens brancos.

Este mesmo estudo entre o Dieese e Inspir (1999) ainda nos traz os seguintes dados: quando empregadas, as mulheres negras ganham em média metade do que ganham as mulheres brancas e quatro vezes menos que os homens brancos. O rendimento nacional entre negros e brancos em salários-mínimos assim se distribui: o homem branco ganha 6,3 salários-mínimos; a mulher branca, 3,6; o homem negro, 2,9; a mulher negra, 1,7. As mulheres negras brasileiras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos.

Em seu artigo, Sueli Carneiro menciona a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo pela Cidadania e pela Vida de 1995, onde o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, recebeu o documento com as reivindicações da população negra para a promoção da igualdade racial e afirmou: que o ápice da exclusão social no Brasil poderia ser retratado por uma mulher negra, chefe de família das regiões norte e nordeste do país. (Carneiro, 2011; p.130).

Neste sentido, é que Sueli Carneiro traz a expressão *matriarcado da miséria*, que foi cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier para mostrar como as mulheres negras brasileiras tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social, e revelar, a despeito dessas condições, o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo o país. A autora conclui em seu artigo que os indicadores sociais continuam apontando este lugar para a mulher negra e que há necessidade de medidas concretas para a reversão do *matriarcado da miséria*.

Com estas observações iniciais da autora, trago dados do relatório OXFAM 2022: *Sobre a Distância que nos une*. Este relatório nos indica dados sociais e econômicos que retratam a desigualdade social do Brasil e as distâncias produzidas entre os cidadãos brasileiros. Em relação aos dados educacionais, o relatório nos aponta:

*A média brasileira de anos de estudo é de 7,8 anos, abaixo das médias latino-americanas, como as do Chile e Argentina (9,9 anos), Costa Rica (8,7 anos) e México (8,6 anos). É ainda mais distante da média de países desenvolvidos, como a Inglaterra (13,3 anos), os Estados Unidos (13,2 anos) e a França (11,6 anos). Em geral, a juventude negra e pobre é a mais afetada pelas barreiras educacionais. Baixo número de anos de estudo, evasão escolar e dificuldade de acesso à universidade são problemas maiores para esses grupos, que, não por acaso, estão na base da pirâmide de renda brasileira. Apesar do crescimento da média geral ao longo das últimas décadas, a distância entre a escolaridade de negros e brancos tem se reduzido a passos lentos. Em 1995, brancos tinham, em média, 6,7 anos de estudo, enquanto no caso dos negros essa média era de 4,5. Passados vinte anos, brancos têm uma média de 9 anos de estudo, 7,4 dos negros. (OXFAM, 2022. P.56).*

*Ao final de 2016, a parcela de negros sem instrução alguma era de 18%, enquanto este percentual era de 12% para brancos. Quando se trata de negros com ensino fundamental incompleto, ela é de 37%, enquanto para brancos é de 32%. No caso do ensino médio, 7% dos negros e 6% dos brancos não a haviam completado.*



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

*A evasão e a baixa qualidade dos ensinos fundamental e médio afetam os que pertencem aos estratos mais baixos de renda, sobretudo negros, criando condições para a expressiva desigualdade no acesso ao ensino superior (p.58). Sob a ótica racial, as desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil são marcantes. Em 2010, negros representavam apenas ¼ dos diplomados no Brasil. Além disso, cursos universitários de carreiras com rendimentos altos são território de brancos: a chance de pretos completarem um curso universitário de engenharia é a metade da que têm os brancos, e no caso de odontologia é cinco vezes menor que a de um branco.*

*Para a população negra, avançar na escolaridade não significa equalizar a renda com brancos. Na faixa dos que concluíram o ensino médio, o rendimento é, em média, de R\$ 1.497,00, o que significa 76% do rendimento médio de brancos (R\$ 1.958,00) da mesma faixa educacional. Para o ensino superior, negros com diploma ganham 75% do que ganham brancos com diplomas – R\$3.144,00 e R\$ 4.185,00 em média, respectivamente.*

*No caso de mulheres, apesar de terem escolaridade média superior à dos homens – 8,4 anos de estudo e 8, respectivamente – é ainda mais flagrante a diferença salarial considerando as mesmas faixas educacionais. Mulheres com ensino médio completo ganham, em média, R\$ 1.338,00 / 66% do que ganham os homens de igual escolaridade (R\$ 2.023,00/190). Na faixa de ensino superior completo, mulheres ganham R\$ 3.022,00 em média, apenas 63% do que ganham homens com o nível educacional (R\$ 4.812,00) (p.60).*

*Não só há discriminação negativa contra negros e mulheres dentro das mesmas faixas educacionais, mas também com as mesmas profissões. Negros e mulheres estão concentrados em carreiras com menor remuneração, e tendem a ganhar menos que brancos e homens mesmo nestas carreiras. Um médico negro ganha, em média, 88% do que ganha um médico branco. No caso de uma formação de menor remuneração com grande participação de negros, como religião, ainda assim a proporção do rendimento por eles recebido é de 83% em relação ao rendimento médio dos brancos de mesma formação e profissão.*

*No caso de mulheres, as diferenças são mais gritantes. Médicas ganham, em média, 64% dos rendimentos de homens médicos, e mulheres economistas ganham 61% do que ganham, em média, seus colegas homens. Em formações de menor remuneração com grande participação feminina, como letras, mulheres ganham em média 80% do que ganham os homens. (p.60).*

Portanto, a partir da estrutura do racismo e do sexismo, apontada por Sueli Carneiro em seu artigo e dos dados do Relatório OXFAM 2022, trago o conceito da interseccionalidade para contribuir na compreensão das desigualdades sociais brasileiras. Importante destacar que o termo Interseccionalidade antes de se tornar um conceito acadêmico, ele já era compreendido pelos



movimentos feministas negros americanos, segundo o artigo: “*Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*”, de autoria de Patricia Hill Collins (2017).

Podemos mencionar que Kimberlè Crenshaw, jurista norte americana e teórica crítica da temática racial e familiarizada com o trabalho por justiça social dos movimentos sociais, cunhou o termo interseccionalidade, em artigo publicado em 1991. Segundo Patricia Hill Collins (2017, p. 10): Kimberlè Crenshaw pode ser posicionada na convergência dos estudos de raça, classe, gênero na academia, assim como na centralidade de iniciativas de justiça social para mudanças legais e sociais que fizeram avançar argumentos da interseccionalidade. Importante destacar que Kimberlè defende a interseccionalidade como uma construção da justiça social, e não como uma teoria da verdade desvinculada das preocupações de justiça social, conforme nos aponta Patricia Hill Collins (2017).

No artigo de Patricia Hill Collins (2017), temos uma abordagem de como o feminismo negro nos Estados Unidos contribuíram para as origens do movimento social de interseccionalidade. Nesta perspectiva, a autora descreve documentos e ações do movimento feminista negro afro-americano desde o final da década de 1970, citando um manifesto produzido pelo coletivo de mulheres afro-americanas de Boston, que inova ao argumentar: uma perspectiva que considerasse somente a raça ou outra somente com gênero avançariam em análises parciais e incompletas da injustiça social que caracteriza a vida das mulheres negras afro-americanas, e que raça, gênero, classe social e sexualidade, todas elas, moldavam a experiência da mulher negra.

Nesta perspectiva, trazemos a contribuição de Carla Akotirene, assistente social e intelectual que produziu o livro: *Interseccionalidade* (2019) e que descreve o conceito de interseccionalidade a partir de uma sensibilidade analítica, de compreender que o racismo, o capitalismo, o patriarcado existem juntos e não separados e que esta matriz de opressão opera de maneira simultânea e contínua<sup>1</sup>, reforçando aqui a compreensão que trabalhamos com o artigo de Patricia Hill Collins. Cabe destacar que a interseccionalidade não é um projeto exclusivamente feminista ou como uma variante de uma teoria feminista. A ideia de interseccionalidade se entrelaça a várias disciplinas, obtendo crescente aceitação no campo das ciências sociais tão diversas como a sociologia, a psicologia, a economia e a ciência política (Collins, 2017).

Seguindo com estas as reflexões, trago o texto de Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel: *Gênero, Raça, Classe: Opressões Cruzadas e Convergências na Reprodução das Desigualdades* (2015). Neste artigo os autores apontam as convergências entre gênero, classe e raça no debate

---

<sup>1</sup> Descrição obtida ao acompanhar a entrevista da autora ao podcast Espelho/Canal Brasil produzido por Lázaro Ramos em 08/11/2021).

teórico, com destaque para o feminismo e, provocam a reflexão de que as opressões são múltiplas e complexas, não sendo possível compreender as desigualdades sociais quando se analisa uma variável isoladamente.

Os autores trazem dados sobre a pobreza no Brasil, a partir de dados do IPEA, 2014; no qual 57,8% dos homens e 59,1% das mulheres encontravam-se em 2013 na faixa da população em situação de extrema pobreza, de pobreza e de vulnerabilidade (em todos os casos, com renda domiciliar inferior a um salário-mínimo).

A partir da posição de gênero, entre as mulheres brancas, 45,9% estão em condição de extrema pobreza, pobreza e vulnerabilidade, entre as mulheres negras, este número chega a 70,9%. Portanto, os autores concluem que no que diz respeito à pobreza, mais mulheres do que homens se encontram nos estratos mais pobres da população, mas as mulheres negras estão em uma posição mais próxima da dos homens negros (68,4% deles estão nessa condição) do que das mulheres brancas, que por sua vez têm uma posição mais próxima à dos homens brancos (44,9% deles estão nessa condição) (Biroli; Miguel, 2015; p.40/41). Logo, tanto a clivagem racial quanto a de gênero, uma não se sobrepõe a outra e retirar uma ou outra da análise significa perder parte significativa da descrição da realidade, segundo Biroli e Miguel (2015).

Os autores ainda trazem à reflexão, os dados sobre renda e chefia familiar, para confirmarem a interpretação já considerada aqui: a renda per capita média dos domicílios em que o chefe de família é homem é 12,3% maior do que a daqueles chefiados por mulheres, nesse caso sem desagregação por cor. Quando se observa os domicílios chefiados por mulheres, a renda per capita média dos chefiados por mulheres brancas é 90% maior do que a renda média daqueles chefiados por mulheres negras e 66,8% maior do que os chefiados por homens negros. Domicílios chefiados por homens brancos tem renda per capita média 10,7% superior à dos chefiados por mulheres brancas, em um paralelo com o que ocorre com a população negra, onde os domicílios chefiados por homens negros têm renda média per capita 13,9% maior do que o daqueles chefiados por mulheres negras (IPEA, 2014).

Podemos afirmar, segundo os autores Biroli e Miguel (2015), que as *desvantagens* incidem sobre determinadas mulheres relativamente a determinados homens; portanto gênero, raça e classe produzem conjuntamente as hierarquias que colocam as mulheres negras em posição de maior desvantagem, como já afirmamos anteriormente com base no artigo de Sueli Carneiro (2011).

Biroli e Miguel (2015) apontam a perspectiva da interseccionalidade, como um conceito que tende a condensar a presença de formas múltiplas e articuladas de opressão, como já caracterizamos ao trazermos a citação de Carla Akotirene.

Importante destacarmos que segundo Kimberlè Crenshaw (2002, p.179 apud Biroli; Miguel, 2015) : o entendimento de que as formas de opressão não atingem os indivíduos isoladamente, mas também não o fazem acopladas ou somadas; os indivíduos são o ponto em que diferentes opressões se cruzam. A posição social é produzida no entrecruzamento, portanto, o racismo, o sexismo, a dominação de classe, operam juntos e conjuntamente restringem ou potencializam as trajetórias das pessoas.

Ainda segundo Crenshaw (2002,p.177 apud Biroli e Miguel, 2015): a noção de interseccionalidade permite compreender que os sistemas de dominação são múltiplos e criam desigualdades básicas que estruturam as possibilidades relativas das pessoas e constituem instituições e políticas que as afetam.

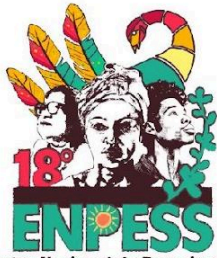
### 3. À guisa de conclusão:

A partir dos autores e artigos citados ao longo da produção deste trabalho, posso compreender que trazer o debate da questão étnico-racial como central para pensar a formação social brasileira e a formação e intervenção do assistente social, me traz as ferramentas necessárias para uma análise sobre a opressão que atravessa e assenta a formação deste país: a escravização que conduz o processo de desumanização dos corpos negros e indígenas. Nesta análise, não desconsidero e nem hierarquizo o processo de entrecruzamento da opressão do modo de produção capitalista e do sexismo, que seguem juntos, nas estradas da construção deste país, no qual os indivíduos se deparam nos cruzamentos, nas encruzilhadas.

Importante destacar que quando pondero a escrita em primeira pessoa no processo de pesquisa do doutorado, eu busco trazer este sujeito histórico que se depara no cruzamento de mulher negra, de pele clara, trabalhadora e mãe.

Não poderia pretender concluir este trabalho, sem mencionar os últimos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas IBGE, 2022, que só reforçam o lugar das mulheres negras na base da pirâmide social brasileira e a urgência de avançarmos em políticas públicas e estatais para rompermos com a perspectiva do *matriarcado da miséria*.





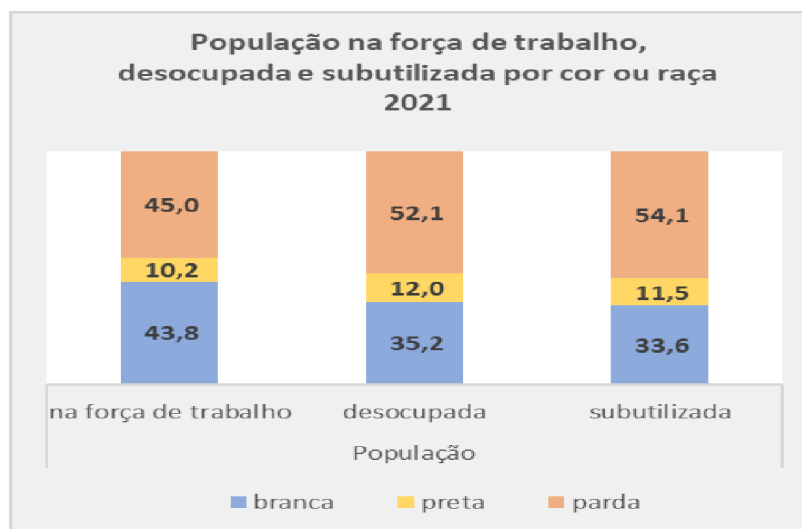
Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

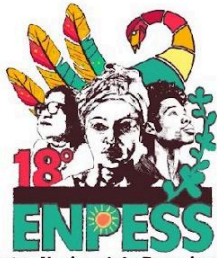
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Seguem alguns dados obtidos no site do IBGE<sup>2</sup>, que nos ajudam a ter uma “fotografia” da desigualdade social brasileira e reforçam alguns dados já mencionados neste trabalho.

Apesar das populações preta e parda representarem 9,1% e 47,0%, respectivamente, da população brasileira em 2021, sua participação entre indicadores que refletem melhores níveis de condições de vida está aquém desta proporção.



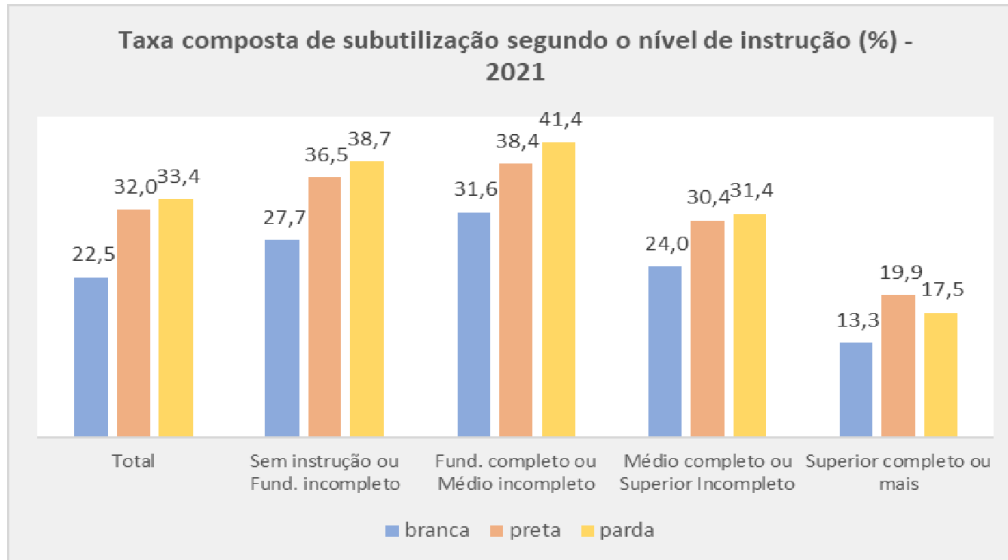
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua 2021.



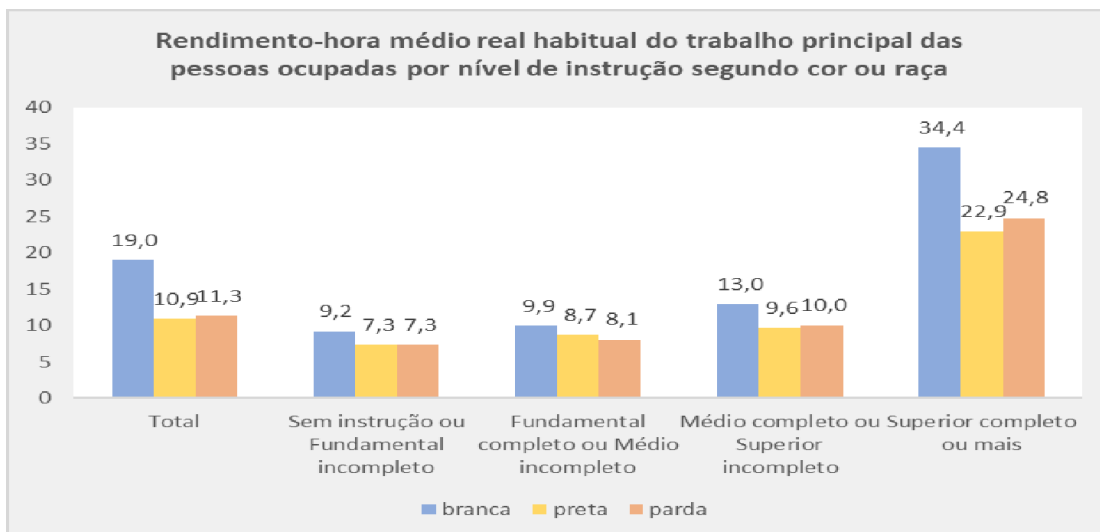
Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

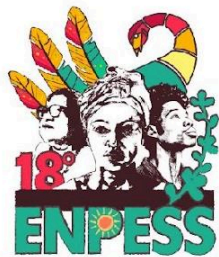


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua 2021.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua 2021.

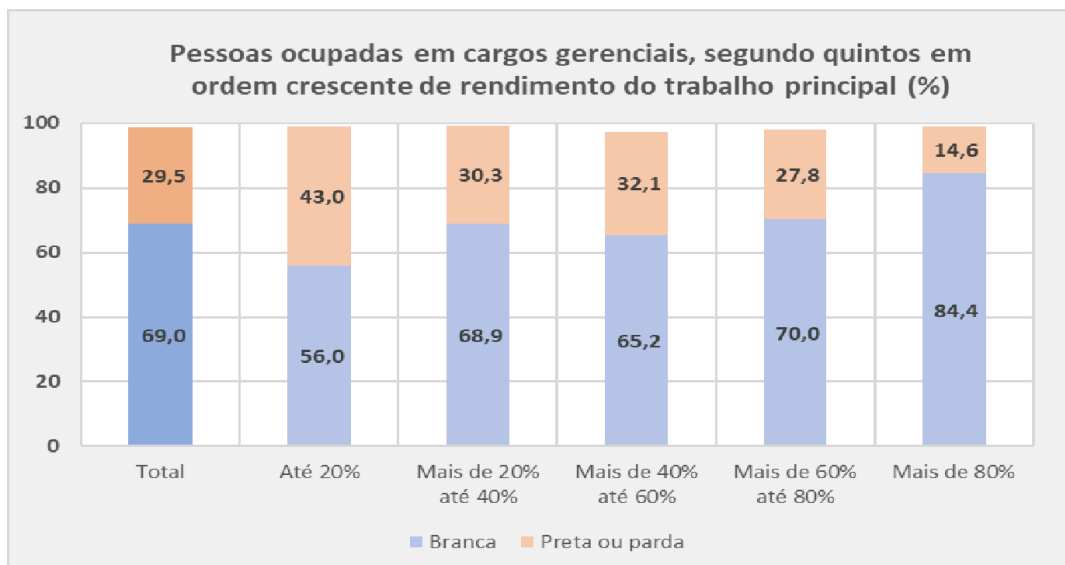
Segundo os dados obtidos pela pesquisa do IBGE e analisado preliminarmente pela equipe técnica, o rendimento do trabalho das pessoas brancas foi, em média, 69% acima das pretas ou pardas. O recorte por nível de instrução e hora trabalhada, reforça a percepção da desigualdade, pois pretos e pardos receberam menos em todos os níveis, sendo que no mais elevado o diferencial alcançou 41%.



Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

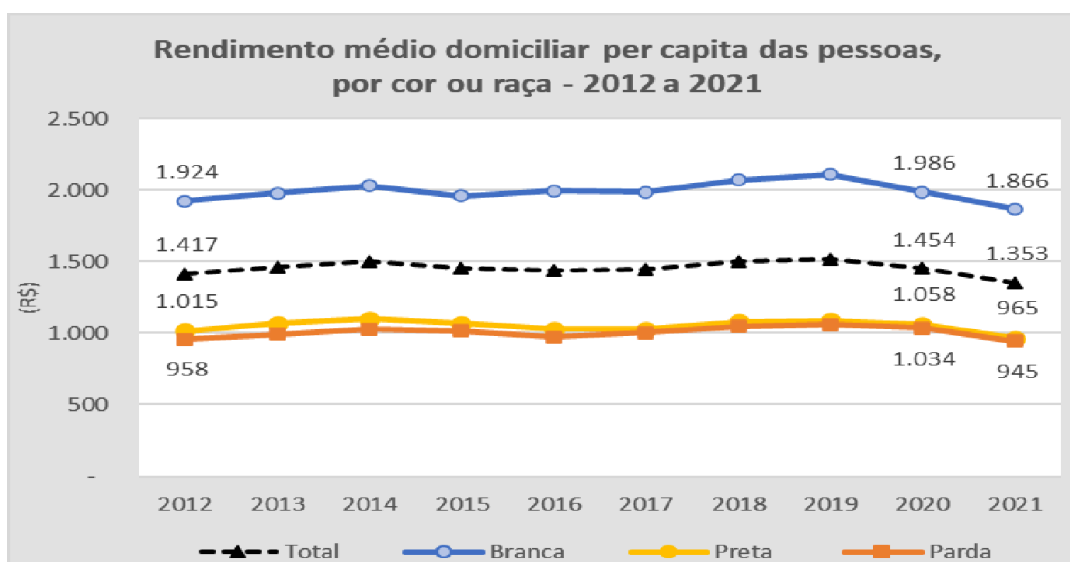
10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua 2021.

Nota: cargos gerenciais (ou de direção) Grupo da CBO-Domiciliar que inclui as ocupações classificadas no Grupo 1: membros superiores e dirigentes do poder público, dirigentes de empresas e organizações de interesse público e de empresas e gerentes. Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua 2021.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua 2021.

Nota: Valores deflacionados para reais médios de 2021.

Em 2021 o rendimento médio domiciliar per capita mensal da população branca (R\$1.866) foi quase duas vezes maior do que o da população preta (R\$ 956) e parda (R\$945). Esse

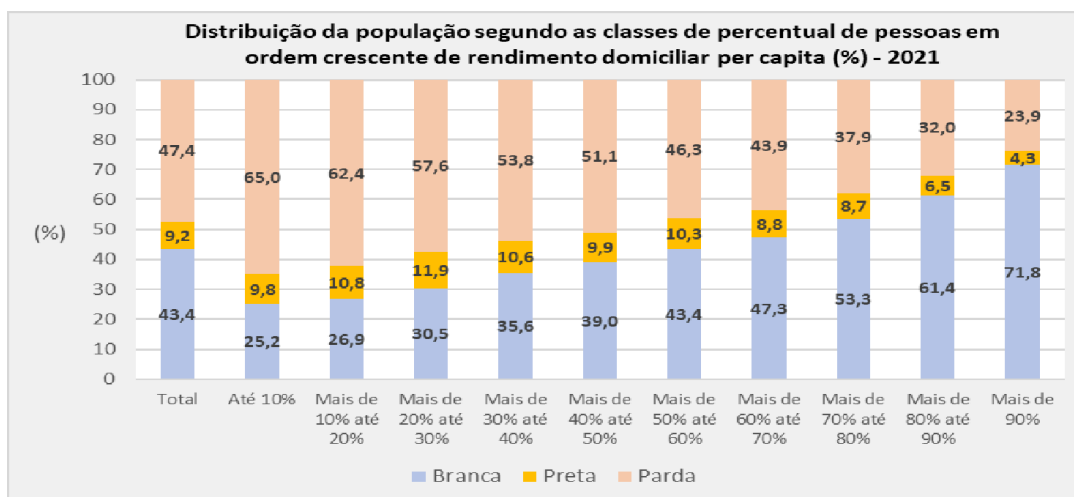


Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

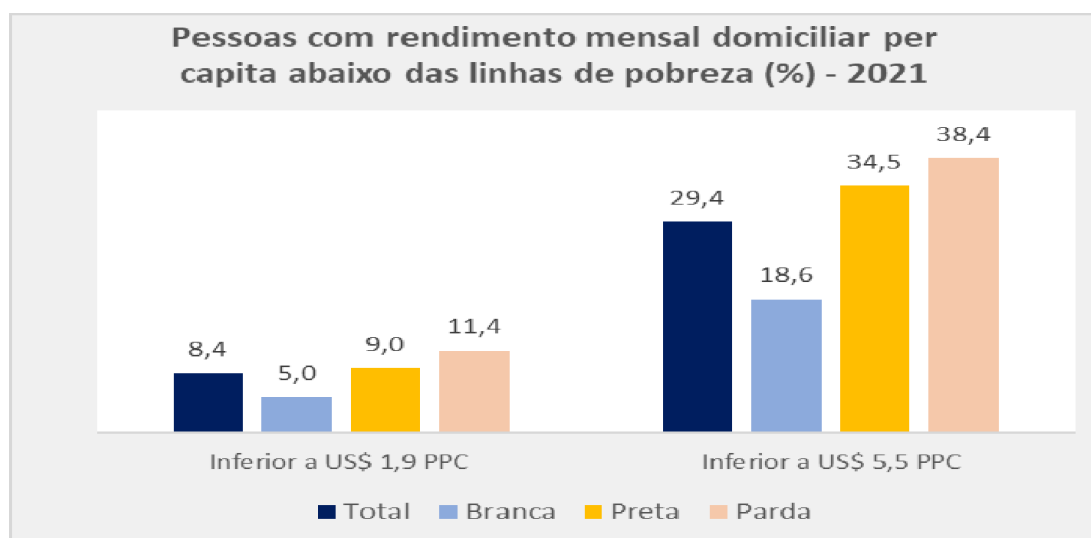
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

comportamento foi observado ao longo de toda a série; os menores valores da série foram registrados em 2021, conforme indica o relatório de apresentação dos dados da PNAD 2021.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua 2021.

Em 2021, entre os 10% da população com os maiores rendimentos, apenas 4,3% eram pretos e 23,9% pardos. Por outro lado, os pretos e pardos representavam 9,8% e 65,0%, respectivamente, do grupo formado pelos 10% da população com os menores rendimentos.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua 2021. Nota: Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC).

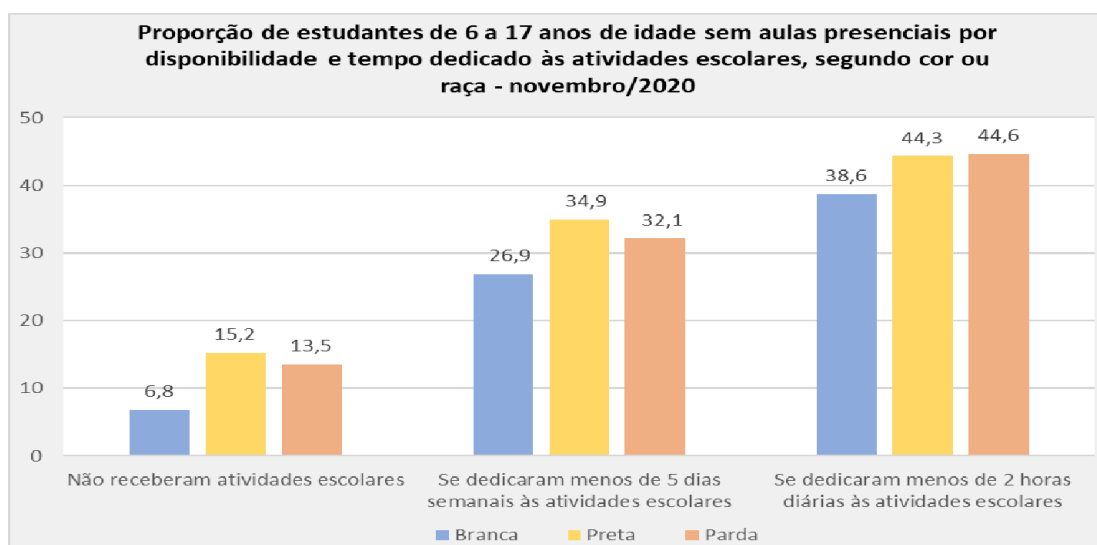


Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

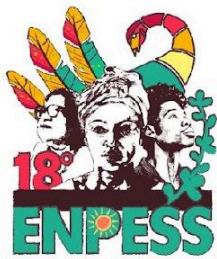
A proporção de pretos e pardos com rendimento inferior às linhas de pobreza, propostas pelo Banco Mundial, foi quase o dobro da proporção de brancos. Na linha de US\$5,50 diários, a taxa de pobreza era, respectivamente, 34,5% e 38,4%, contra 18,6%; já na linha de extrema pobreza, enquanto 5,0% das pessoas brancas tinham rendimentos inferiores a US\$1,90 diários, 9,0% da população preta e 11,4% da parda estava abaixo desta linha; US\$ 1,9 – R\$ 168 per capita mensal/ US\$ 5,5 – R\$ 486 per capita mensal.



Fonte: IBGE, PNAD COVID-19, dados referentes a novembro de 2020. Nota: As atividades escolares disponibilizadas incluem aulas online, deveres, estudo dirigido.

O percentual de estudantes pardos (13,5%) e pretos (15,2%) de 6 a 17 anos de idade sem aulas presenciais e sem oferta de atividades escolares foi mais de 2 vezes superior ao de brancos (6,8%). Os estudantes pretos e pardos também apresentaram percentuais maiores dentre os que não mantiveram a frequência diária semanal de estudo (menos de 5 dias) e que consagraram menos de 2 horas diárias às ativ. escolares.

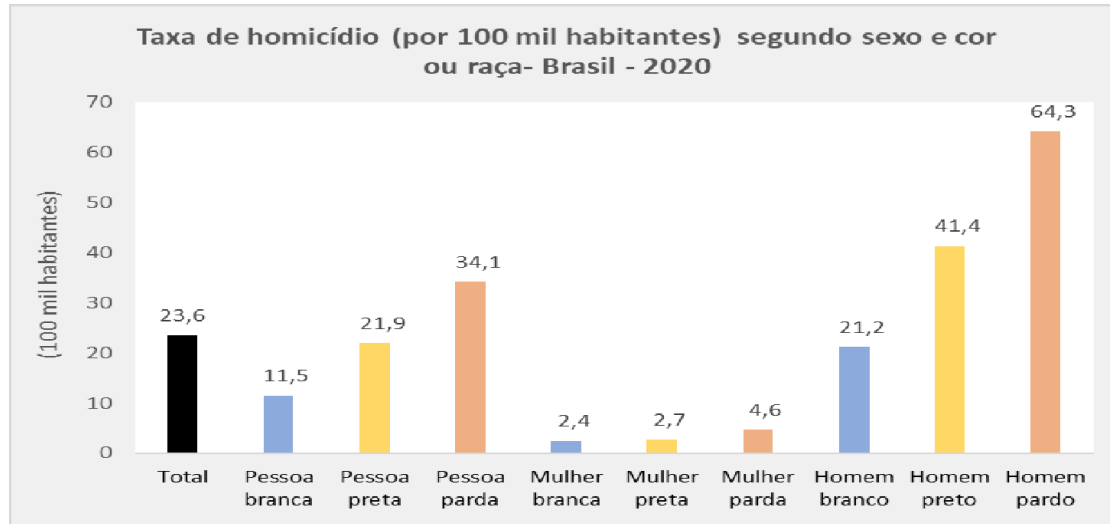




Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social



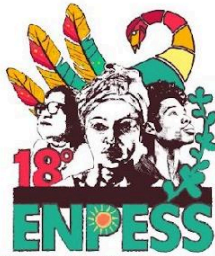
Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade-SIM.

A taxa de homicídios foi de 23,6 mortes/100 mil hab. em 2020. Entre pessoas pardas (34,1 mortes/100 mil hab.) e pretas (21,9 mortes/100 mil hab.) foi superior à de pessoas brancas (11,5 mortes/ 100 mil hab.). As maiores taxas foram observadas entre homens, com destaque para pardos (64,3 mortes/ 100 mil hab.), seguida de pretos (41,4 mortes/100 mil hab.). Entre mulheres as taxas foram maiores para pardas (4,6 mortes/ 100 mil hab.) e pretas (2,7 mortes/ 100 mil hab.).

Em anexo a este trabalho segue o relatório escrito pelo IBGE analisando principalmente as desigualdades sociais e raciais no Brasil. À guisa de conclusão, reafirmo a perspectiva na qual as múltiplas opressões se entrecruzam, não gerando hierarquias, mas devemos destacar que a mulher negra está nesta encruzilhada, de maneira mais vulnerável. Faz-se necessário que o Estado conduza políticas públicas que olhem para esta injustiça social. Gostaria de destacar que as Políticas de Ação Afirmativa e as cotas sociais e raciais, são estratégias importantes no interior desta sociedade capitalista, patriarcal e racista.

#### 4. Referências bibliográficas:

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

BIROLI, Flavia e MIGUEL, Luís Felipe. **Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades.** Ver. Mediações, Londrina, v.20, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida.** São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

\_\_\_\_\_. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Sele Negro, 2011.

COLLINS, Patrícia Hill. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória.** Revista Paragrafo, v.5, n.1, 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/issue/view/56>

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos/**organização Flávia Rios, Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil.** 2ª ed. Rio de Janeiro, 2022.

Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalle-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=5969>

OXFAM. **A Distância que nos Une: Um retrato das desigualdades brasileiras.** Brasil, 2017.

Disponível em: [A Distância Que Nos Une | Oxfam Brasil](#)